
CIDADE GLOBAL

anotações críticas sobre um conceito

MÔNICA DE CARVALHO

Professora de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir criticamente o conceito de cidade global e suas implicações para a compreensão da metrópole de São Paulo. Serão analisadas, primeiramente, suas três formas de apropriação: a forma diagnóstico, a típico-ideal e a paradigma. Com a intenção de avaliar o caráter ideológico do conceito, ele é confrontado com o que foi denominado seu padrão normativo, o planejamento estratégico, para demonstrar que, sob esta forma, o conceito de cidade global reproduz a lógica de apropriação do espaço urbano pelo capital, o que se revela por meio da análise do processo de segregação urbana na metrópole.

Palavras-chave: cidade global; metrópole.

*Compreender não é reconhecer um sentido invariante,
mas apreender a singularidade de uma forma que só existe
num contexto particular.*

Pierre Bourdieu (1994:159)

Os problemas urbanos são muitos e complexos. Enumerá-los já se tornou quase um lugar-comum, o que se evita fazer, portanto. Tratando-se de São Paulo, onde, aos não-resolvidos, acrescentam-se novos – dilemas de uma metrópole localizada na periferia do sistema capitalista a que se somam as especificidades locais destes últimos oito anos –, a urgência por soluções práticas, eficazes e viáveis é uma demanda não só de seus habitantes, mas dos intelectuais que se dedicam ao estudo das questões urbanas. No primeiro caso, a urgência se justifica, pois a condição precária em que vive a maior parcela da população de São Paulo torna inviável qualquer argumento que a negue. Mas, no segundo, a pressão exercida pela necessidade de responder às questões postas por uma situação intolerável – não há adjetivo mais próprio – pode conduzir à produção de um conhecimento de aplicabilidade instrumental e imediata, sem que as consequências tenham sido devidamente refletidas, quando não reproduz explicações produzidas em contextos históricos diversos e que pouco significado possuem para a compreensão de nossa realidade específica.

Atualmente, tenho percebido uma proliferação de estudos cujo objetivo tem sido o de compreender a metró-

pole de São Paulo a partir de seu estatuto de cidade global. Alguns, menos interessados em questionar a procedência do conceito, tomam-no como pressuposto para construir sua argumentação.¹ Outros, questionam seu sentido a partir da adequação à realidade empírica da metrópole analisada.² Embora os estudos desse segundo tipo tenham um distanciamento maior em relação ao conceito, a reflexão se atém à sua aplicabilidade ou não a determinado contexto, sem estender-se à sua elaboração.

No entanto, a ausência de um questionamento mais preciso sobre a maneira como o conceito de *cidade global* tem sido apropriado constitui-se em um problema quando lembramos que um conceito não é apenas um “instrumento de um discurso”, mas é “sobretudo ponto de referência de uma prática” (Martins, 1997:27). É no momento em que o estatuto de *cidade global* deixa de ser apenas uma condição atingida por algumas metrópoles, em decorrência de transformações históricas vividas, e compõe-se em projeto necessário à superação dos problemas urbanos, que se faz urgente interrogar seu sentido a fim de desvelar o seu real significado.

As dificuldades na apropriação do conceito também se revelam por ocorrer a partir de diferentes especialidades do conhecimento sem que haja um esforço maior para proceder a sua *leitura total* (Lefebvre, 1999b:157). É em função, portanto, do que essa apropriação acríica e fragmentada pode gerar para a compreensão da dinâmica das

metrópoles, especificamente para a metrópole de São Paulo, que este artigo se propõe a levantar algumas questões sobre o conceito de *cidade global*, com a intenção de interrogar sua capacidade explicativa em contextos diferentes dos que lhe deram origem.

A reflexão obedecerá ao seguinte percurso: em primeiro lugar, tratar-se-á de compreender a origem histórica do conceito, confrontando-o com as diversas *formas* de sua apropriação; em segundo lugar, o conceito será percebido por meio das ações do planejamento estratégico que o constituem como mediação; por fim, será discutida sua capacidade explicativa para a metrópole de São Paulo.

AS FORMAS DE APROPRIAÇÃO DO CONCEITO DE CIDADE GLOBAL

Na maior parte dos estudos analisados,³ raramente o conceito de *cidade global* é discutido em suas diferentes formas de apropriação, embora sejam dadas pistas que permitam construir este processo. No entanto, seria relevante explicitá-las sem, com isso, sugerir que devam ser compreendidas desvinculadas umas das outras, uma vez que esta é uma propriedade da análise e não daqueles que delas se utilizam.

A origem do conceito de *cidade global* está diretamente relacionada aos impactos causados sobre as metrópoles do Primeiro Mundo pelo processo de globalização da economia, desencadeado a partir do final dos anos 70. As transformações na economia mundial teriam conduzido a uma crise da centralidade econômica daquelas metrópoles que perderam o controle sobre as atividades industriais, porque as empresas por elas responsáveis, favorecidas pelo desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação e informação, passaram a dispor de maior flexibilidade para escolher os lugares de menor custo para suas sedes. A crise fiscal conseqüente, o aumento do desemprego, a ausência de solução para os problemas urbanos agora acrescidos, somaram-se aos demais como ingredientes preocupantes que colocavam em xeque o futuro das metrópoles. Paralelamente ao diagnóstico da crise, identificava-se uma mudança no perfil das metrópoles⁴ que, em substituição às atividades industriais, passavam a sediar empresas de prestação de serviços altamente especializados, ligados em sua maioria ao setor financeiro e da informação e de origem quase sempre transnacional. Se, por um lado, as metrópoles pareciam caminhar para um futuro incerto, por outro, readquiriam importância estratégica como locais destinados ao setor terciário, acompanhando

do a mudança de direção da economia mundial. Não se tratava, portanto, da perda de sua centralidade econômica, mas de sua re-significação no interior do sistema produtivo internacional. Essas metrópoles assim re-significadas se passou a chamar *de cidade global* (Sassen, 1998; Levy, 1997; Marques e Torres, 1997).

Entre meados dos anos 80 e início dos 90, uma primeira geração de autores (Marques e Torres, 1997) utilizou o conceito para designar o posicionamento estratégico de algumas metrópoles em relação à economia mundial e também para expressar as contradições deste processo. A substituição das atividades industriais pelo setor de serviços seria responsável por promover uma alteração no mercado de trabalho gerando maior polarização social, já que ao lado da oferta de empregos altamente qualificados e bem-remunerados demandava serviços de manutenção e sustentação da estrutura produtiva que, diferentemente dos primeiros, não requerem qualificação e são, por isso, mal remunerados (Levy, 1997:38; Sassen, 1998:136). Por conseqüência, essa nova divisão do trabalho promoveria uma alteração quase que imediata no “uso da terra”, no “mercado imobiliário e na estrutura de consumo”, produzindo espaços dualizados no interior das metrópoles (Sassen, 1998:150). Uma nova configuração, portanto, da segregação urbana (Levy, 1997:38).

Nessa primeira forma de apreensão, a que se poderia nomear forma diagnóstica, o conceito de *cidade global* é a expressão de um processo histórico bastante concreto vivido por determinadas metrópoles do Primeiro Mundo e, como tal, procura refletir a totalidade de seu movimento. Ao mesmo tempo em que designa o processo de transformação na estrutura produtiva das metrópoles, decorrente da globalização da economia, evidencia as contradições a ele inerentes: as alterações promovidas no mercado de trabalho e o aumento conseqüente da desigualdade social, com rebatimento na apropriação do espaço urbano. Desse ângulo específico, o conceito enriquece a compreensão da dinâmica das metrópoles e, pelo menos a princípio, não parece romper com outras formas de interpretação teórica que também tenham nas questões urbanas seu objeto. Os problemas, no entanto, começam quando se distanciam do espaço em que foram produzidos e do movimento histórico que lhes deu origem.

Realizados no final da década de 90, uma segunda geração de estudos transpôs o conceito de *cidade global* para as metrópoles então consideradas de segunda ordem (Marques e Torres, 1997), embora isto não fosse propriamente uma novidade, uma vez que um dos pioneiros desse tipo

de análise já as tivesse incluído em sua classificação de cidades globais (Levy, 1997:39). A partir daí, o conceito de *cidade global* adquire uma nova forma que, desde já, pode ser designada de forma típico-ideal (Véras, 1997: 131). É nesse segundo momento, então, que a metrópole de São Paulo passará a configurar entre as possíveis cidades globais.

Conforme lembra Weber, o tipo ideal é uma construção lógica que nasce de uma determinada realidade histórica, mas que com ela não se confunde. É um meio auxiliar, um instrumento de investigação, sem o qual seria impossível apreender os múltiplos sentidos da realidade. Uma vez construído, o tipo ideal pode servir de meio em relação ao qual outras realidades, em que não se originaram, podem ser comparadas, não com o objetivo da adequação mas, exatamente ao contrário, para apontar as suas especificidades. Pode-se dizer que o tipo ideal em Weber (1991:113-114) está mais para a investigação da diferença do que para busca da *identidade*.⁵ Não se confunde, portanto, nem com um modelo *da* e nem *para* a realidade.

O tipo ideal que se construiu para definir a *cidade global* partiu das características comuns observadas nas metrópoles que sofreram o impacto da globalização da economia. O que foi a princípio compreendido como especificidade histórica vivida por algumas metrópoles passou a se constituir em atributo a partir do qual se poderia designar como “global” determinadas cidades. Seria, portanto, “global” a “cidade” que se configurasse como “nó” ou “ponto nodal” entre a economia nacional e o mercado mundial, congregando em seu território um grande número das principais empresas transnacionais; cujas atividades econômicas se concentrassem no setor de serviços especializados e de alta tecnologia, em detrimento das atividades industriais; quando, por consequência, o mercado de trabalho fosse polarizado gerando novas desigualdades sociais e uma forma de segregação urbana dualizada (Levy, 1997; Véras, 1997; Marques e Torres, 1997).

Em relação à forma diagnóstica, os estudos que se apropriam da forma típico-ideal apresentam alguns problemas de caráter metodológico. Como não se trata mais de analisar processos que estão em transformação por causa da globalização da economia, mas de identificar o que se aproximaria ou não do estatuto de cidade global previamente definido, o difícil é saber se as características observadas se devem realmente à globalização ou às especificidades históricas da metrópole em questão.⁶ Por exemplo, como estabelecer que a configuração apresentada em relação à segregação urbana seja expressão ex-

clusiva das determinações estabelecidas pelas mudanças no mercado de trabalho? Como diferenciar essa configuração das determinações históricas específicas de cada metrópole?

Sem dúvida que essa é a propriedade mesma do tipo ideal, isto é, abstrair-se em relação ao contexto histórico que lhe deu origem. No entanto, conforme Weber, o movimento histórico negado no primeiro momento deverá ser reencontrado no momento seguinte. Porém, nem sempre é isso que ocorre nos estudos em que a forma típico-ideal é predominante. Há casos em que importa mais demonstrar que determinadas metrópoles possuem os atributos necessários a alçar à condição de cidade global do que analisar suas especificidades históricas que poderiam até a ela se contrapor. Nesse sentido, é que se pode dizer que a forma típico-ideal privilegia o aspecto *sincrônico* por oposição ao aspecto *diacrônico* (Véras, 1997:131) pois que serve menos para apontar as especificidades históricas e mais para identificar os traços da globalização, como se seguir esse modelo fosse de fato o destino inexorável das metrópoles. Há autores que falam, inclusive, em *ranking* das cidades globais, o que evidencia a competitividade que se instala na busca de se atingir tal condição (Cordeiro, 1993:322).

Pela confusão que pode gerar entre seu caráter de instrumento analítico e sua condição de modelo, a forma típico-ideal contribui menos para a compreensão da dinâmica das metrópoles do que a forma diagnóstica. O mais importante, contudo, é que, mesmo quando a forma típico-ideal se comporta da maneira como preconiza Weber, representa um passo maior em direção à formalização do conceito na medida em que a história específica a cada metrópole analisada é abstraída em favor das referências únicas construídas a partir do processo de globalização da economia. Mas, ainda assim, como o tipo ideal não constrói uma relação de identidade com a realidade observada, há brechas para que as metrópoles sejam interpretadas a partir de outras matrizes teóricas (Véras, 1997:131).

Isso já não acontece quando o conceito de cidade global passa a ser concebido como novo paradigma e, como o próprio termo indica, pretende inaugurar uma nova perspectiva a partir da qual as metrópoles devam ser analisadas. Aí, sim, há uma intenção clara de rompimento com outras interpretações teóricas até então utilizadas para a compreensão das questões urbanas.

A idéia de que as metrópoles devam ser compreendidas exclusivamente em decorrência do processo de glo-

balização da economia e na condição de cidades globais vem expressa literalmente na afirmação de Saskia Sassen, autora que se transformou em referência importante para os estudos que tratam do tema. Diz Sassen (1998:11) [grifo meu] “Os sociólogos têm demonstrado uma tendência a estudar as cidades abordando a ecologia das formas urbanas, a distribuição da população e os centros institucionais ou focalizando as pessoas e os grupos sociais, os estilos de vida e os problemas urbanos. *Essas abordagens já não satisfazem mais*. A globalização da economia, acompanhada pelo surgimento de uma cultura global, alterou profundamente a realidade social, econômica e política dos Estados-Nação, das regiões transnacionais e (...) das cidades. Utilizando-me do estudo da cidade como um local determinado onde estão ocorrendo processos globais, procuro definir novos conceitos, úteis para o entendimento da interseção do global e do local no mundo de hoje e no de amanhã”.

A afirmação peremptória da autora de que abordagens anteriores *já não satisfazem mais* é que permite afirmar que há uma pretensão de conceber o processo de globalização e o conceito que dele se origina – cidade global – como novo paradigma teórico. Aqui também é possível identificar alguns problemas de caráter teórico-metodológico. Em primeiro lugar, ao conceber a globalização da economia como ruptura em relação às lógicas econômicas que a antecederam, parece ignorar o debate que aponta para o caráter ideológico – quando não mítico – deste discurso.⁷ O problema é que ao privilegiar a relação das metrópoles com o processo de globalização reproduz em níveis ainda maiores de abstração a negação do movimento histórico específico a cada metrópole analisada. Assim, se a forma típico-ideal privilegia o aspecto sincrônico por oposição ao diacrônico, a forma paradigma privilegia as *verticalidades* por oposição às *horizontalidades* (Santos, 1997:225). Ou seja, privilegiam-se as explicações que decorrem das interferências verticais da globalização sobre o território da metrópole – as influências da economia *global* – por oposição às interferências horizontais, entendendo por horizontais as relações sociais *locais* que decorrem no tempo histórico da metrópole. Isso fica bem evidente quando tomamos a questão da segregação urbana como referência.

Os estudos sobre as cidades globais pretendem sugerir que, a partir das transformações no mercado de trabalho, decorrentes da globalização da economia, há uma apropriação dualizada do espaço urbano. Edmond Préteceille (1997:83) já chamou a atenção para o aspecto redutor dessa

análise que pretende transpor de forma quase mágica as alterações do mercado de trabalho para a maneira como o espaço urbano é apropriado. Também considera problemático que os processos de segregação urbana sejam explicados apenas pela globalização da economia, lembrando, inclusive, que espaços segregados podem ser constituídos, por exemplo, por fatores étnico-raciais (Préteceille, 1997:85). Sem discordar das observações do autor e indo um pouco além, o maior problema não parece ser o de reduzir a explicação da segregação urbana ao fator econômico, mas, ao fazê-lo, considerar somente as determinações que se dão para além do território da metrópole, ao contrário, portanto, das explicações clássicas, que discutiam o processo de segregação a partir da dinâmica intrametropolitana. As explicações, por exemplo, de tradição marxista, bastante em voga no final dos anos 60, compreendiam a segregação urbana como elemento estrutural da produção capitalista do espaço, portanto como resultado do conflito capital-trabalho projetado sobre a realidade urbana (Préteceille, 1995). Os estudos sobre cidade global não negam que a apropriação do espaço urbano seja desigual, mas parecem sugerir que decorre da diferença na renda auferida pelos grupos profissionais polarizados (Levy, 1997:38). Apesar do tom crítico, a explicação pretendida não só perde em intensidade em relação à explicação clássica, mas, inclusive, a obscurece, principalmente por pretender-se novo paradigma, isto é, por sugerir a ruptura definitiva com as explicações que estejam vinculadas a outras matrizes teóricas de interpretação.

A questão, pois, que se coloca é se, ao romper definitivamente com as explicações clássicas e ao reduzir toda a dinâmica das metrópoles à perspectiva que privilegia exclusivamente as verticalidades, a forma paradigma do conceito de cidade global não assumiria, também ela, o caráter ideológico atribuído por vários autores à própria questão da globalização.

Antes, no entanto, de responder à questão, é importante demonstrar o crescente processo de formalização presente na passagem da forma diagnóstico à forma típico-ideal e desta para a forma paradigma. De uma para outra, o que se observa é a negação, em um nível cada vez maior de abstração, da dinâmica histórica específica às metrópoles analisadas. Na forma diagnóstico, o movimento histórico ainda está presente, uma vez que é em decorrência mesmo de um processo desencadeado historicamente – a globalização da economia – que o conceito pôde ser forjado. Na forma diagnóstico, o conceito é a nomeação das transformações percebidas no interior das metrópoles do

Primeiro Mundo e, por refletir esse movimento, não nega as contradições que lhe são inerentes: a polarização social e a segregação urbana dualizada.

A partir da forma típico-ideal, o movimento histórico começa a ser abstraído. Em um primeiro momento, pela própria característica do tipo ideal. Em seguida, quando, sob esta forma, o conceito ganha independência em relação às metrópoles do Primeiro Mundo e passa a ser instrumento de análise de metrópoles consideradas de segunda ordem. E por fim, quando as contradições que emergiram como efeito de um processo histórico se transmutam em atributos do conceito. A polarização social e a segregação urbana dualizada passam a ser características das cidades globais e não mais contradições de um processo histórico. Aqui começam as confusões, uma vez que, abstraída a especificidade histórica, parece ser complicado delimitar quando tais atributos são devidos à globalização ou não.

A negação definitiva do movimento histórico específico às metrópoles analisadas ocorre com a forma paradigma, pois toda sua dinâmica passa a ser determinada por um fator externo ao seu território e que rompe com todas as determinações históricas anteriores. As contradições evidenciadas pela forma diagnóstico também o são pela forma paradigma, mas perdem em intensidade quando remetidas exclusivamente à globalização da economia, impossibilitando que se recuperem as explicações clássicas na busca de se compreender a constituição das cidades globais.

Observando esse processo de formalização, ao que parece o conceito de cidade global vem sendo construído negando não só a especificidade histórica das metrópoles, mas a própria condição de ser *metrópole* das grandes cidades, o que explica, a partir de um determinado momento, a substituição que tem sido feita atualmente de um termo pelo outro, quando se trata de discutir os problemas urbanos. Mas negar as metrópoles em favor da cidade global é optar pela perspectiva sincrônica por oposição à diacrônica, pela perspectiva que enfatiza as verticalidades por oposição às horizontalidades, ou, dito de outra forma, por uma concepção de cidade que se define exclusivamente pela relação com a ordem global, deixando para trás, ou secundando, a ordem local. Para compreender as implicações dessa opção, importa retomar a questão da segregação urbana que acompanha a definição do conceito de cidade global.

A princípio como contradição – na forma diagnóstico –, passando à condição de atributo – na forma típico-ideal – e

reduzida ao processo de globalização da economia, a segregação urbana está diretamente relacionada à lógica de apropriação do espaço urbano. Observar se houve transformação nessa lógica a partir do processo de globalização da economia seria uma forma de compreender se de fato é possível conceber o conceito de cidade global como um novo paradigma. Os estudos sobre cidade global pretendem que sim, quando reduzem a explicação da segregação urbana às mudanças no mercado de trabalho provocadas pela globalização da economia. No entanto, é importante lembrar que a globalização age sobre o espaço urbano não apenas mediada pelo mercado de trabalho, mas por intervenções urbanas propriamente ditas. Assim, se se trata de pensar a segregação urbana por meio da globalização, parece difícil desvinculá-la dessas ações que têm o espaço urbano como objeto. É nesse confronto entre o conceito de *cidade global* propriamente dito e as intervenções urbanas que o têm por mediação que será possível concluir se há ou não alteração na lógica de apropriação do espaço urbano e, a partir daí, revelar seu real significado, seja ele ideológico ou não.

O PADRÃO NORMATIVO DO CONCEITO DE CIDADE GLOBAL

A expressão efetiva da intervenção urbana mediada pelo conceito de cidade global é o que se tem chamado atualmente de *planejamento estratégico*. Compreendido como o empreendimento de uma terceira geração de urbanistas, pretende-se um novo paradigma na forma de abordar as cidades, negando, pelo menos na intenção, o planejamento urbano de tradição moderna bem como a crítica contextualista que lhe deu seqüência (Arantes, 2000). O primeiro teve seu auge no período pós-guerra quando, apoiado em um forte desenvolvimento econômico, acreditava-se que as desigualdades existentes nas cidades seriam minoradas pela organização do espaço urbano. Já no final dos anos 60, porém, percebia-se que as desigualdades urbanas não se reduziam. As próprias intervenções públicas no espaço urbano se descobriram responsáveis pela produção de novas formas de segregação, o que suscitou críticas à direita e à esquerda em relação à prática do planejamento urbano (Préteceille, 1995).

Henri Lefebvre, autor vinculado à tradição marxista (ou marxiana), desenvolveu uma das críticas mais radicais ao urbanismo desse período (Maricato, 2000:130). Para ele, o urbanismo só adquire sentido porque concebe como desordem a contradição sobre a qual se funda a cidade

moderna (1991:23). Pois que, podendo se constituir como sentido e finalidade do processo de industrialização (1991:80), quando se realizariam as condições objetivas à efetivação da sociedade urbana – meio relevante à superação definitiva da separação entre homem e natureza (1999a) –, a cidade acabou reduzida à sua condição de meio de produção, reprodução e circulação do capital, uma segunda natureza, portanto, alienada das possibilidades de apropriação daqueles que são os diretamente responsáveis pela sua criação – da cidade como obra e não como produto. “Temos à nossa frente um duplo processo ou, se se preferir, um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social.

Os dois ‘aspectos’ desse processo, inseparáveis, têm uma unidade, e, no entanto, o processo é conflitante” (1991:9). Conflito que se instala entre duas lógicas diversas de apropriação do espaço urbano: a lógica da mercadoria, que concebe o espaço como meio de reprodução da mais-valia, pois também ele é produto do trabalho social, e a lógica da sociedade urbana, compreendida como mediação necessária ao desenvolvimento do processo de humanização (1991:82). Ora, o que os urbanistas fazem, quase sem saber – não só, mas também os sociólogos, arquitetos, filósofos, economistas (1991:107) –, é negar esse conflito e, por consequência, negar as possibilidades de superação dessa contradição. E isso porque reduzem a compreensão do espaço urbano a suas representações. “O pensamento dos tecnocratas oscila entre a representação de um espaço vazio, quase geométrico, tão-somente ocupado pelos conceitos, pelas lógicas e estratégias no nível racional mais elevado, e a representação de um espaço finalmente pleno, ocupado pelos resultados dessas lógicas e estratégias” (1999b:141).

O espaço da cidade, reduzido à sua “morfologia material”, é que permite, portanto, sua apropriação pelo capital que, por sua vez, também ignora a condição da cidade como obra de relações sociais estabelecidas ao longo da história. O que se produz coletivamente pode ser apropriado de modo privado em decorrência de sua concepção como espaço vazio e disponível, e que, como tal, pode ser comprado e vendido livremente (1999b:142).

O urbanismo acaba se definindo como ideológico (1991:24) porque “encobre essa gigantesca operação. Ele dissimula seus traços fundamentais, seu sentido e finalidade. Ele oculta, sob uma aparência positiva, humanista, tecnológica, a estratégia capitalista: o domínio do espaço, a luta contra a queda tendencial do lucro médio etc.”

(1999b:143). Aos que se vêem excluídos do direito à cidade, sobram os espaços segregados da moradia – redução peculiar dos problemas da cidade (1999:80) – planejados por esse mesmo urbanismo que, submetido ao valor de troca, vende cotidianidade como “alegria de viver” (1991:25).

Pelo lado da “ofensiva liberal-conservadora”, o planejamento urbano foi acusado, durante toda a década de 70, como sendo responsável “pelo desvirtuamento e inibição das localizações empresariais ótimas e, assim, pela decorrente degradação das áreas centrais” (Arantes, 2000:21). Dito de outra forma, atacava-se exatamente a excessiva regulação do espaço urbano como impeditiva do crescimento das cidades. Já estava em movimento, portanto, uma reivindicação em favor de uma desregulamentação e maior flexibilidade do Estado de Bem-Estar que não se referia, obviamente, somente ao espaço urbano, mas também a ele, o que evidencia o papel importante que as cidades possuíam – e possuem – no processo de acumulação e reprodução do capital.

As críticas ao planejamento urbano, principalmente as que vieram de posturas localizadas mais à esquerda, geraram um movimento, de intenção claramente oposicionista, que sobrepunha a cidade valor de uso à cidade compreendida como valor de troca. Como lembra Otilia Arantes (2000:44) “nada mais antivalor (de troca) do que o ‘lugar’ redescoberto e contraposto ao espaço homogêneo dos modernos e do mercado. Portanto, muito melhor reabilitar do que demolir; intervenção, só em migalhas; reativar a memória porém evitando o assassinato museográfico dos sítios históricos; valorizar o contexto, o hábitat ordinário, reanimar a vida dos bairros, sem violentar os moradores, e por aí afora...”.

Se, por um lado, essas críticas foram importantes para revelar o “padrão tecnocrático-centralizado-autoritário” (Vainer, 2000a:75) do planejamento urbano e sua consequente postura ideológica, por outro, introduziram uma crise nas próprias ações de planejamento que passaram a ser descartadas ou concebidas pontualmente, fragmentando os espaços da cidade, privilegiando o local por oposição ao global. Mesmo onde “o planejamento urbano global e de longo prazo” sequer havia sido implementado, como é o caso, por exemplo, da metrópole de São Paulo, mesmo aí sua morte foi antecipadamente decretada (Villaça, 1995:46). É nesse vazio, portanto, que o planejamento estratégico vem se inserir.

Embora Barcelona – totalmente reformulada para sediar os jogos Olímpicos de 1992 – tenha se constituído em sím-

bolo privilegiado dessa forma de intervenção urbana, exportando, inclusive, consultores para as demais cidades do mundo (Vainer, 2000a:75), as primeiras ações que obedeceram à lógica do planejamento estratégico localizaram-se nas cidades americanas, a partir dos anos 70 (Arantes, 2000:22; Borja e Castells, 1996:154). Outras cidades sofreram intervenções semelhantes: Paris, Londres, Bilbao, Lisboa, para citar as mais conhecidas (Arantes, 2000). No Brasil, o planejamento estratégico foi homologado em 1995 na cidade do Rio de Janeiro (Vainer, 2000b). Em comum, as linhas mestras do planejamento estratégico: a identificação de uma crise na centralidade econômica da cidade; a necessidade de torná-la competitiva aos investimentos estrangeiros; uma ação que venda a imagem da cidade para o mundo, a partir da descoberta de algo que possa se constituir em sua marca de identidade; a “parceria” entre os recursos públicos e o capital privado; a busca de um consenso entre todos os atores urbanos, a fim de que o projeto possa ser realmente efetivado (Borja e Castells, 1996; Arantes, 2000; Vainer, 2000b).

Tornar as cidades competitivas parece ser o “teorema padrão” do planejamento estratégico, como analisa Otilia Arantes (2000:13): “que as cidades só se tornarão protagonistas privilegiadas, como a Idade da Informação lhes promete, se, e, somente se, forem devidamente dotadas de um Plano Estratégico capaz de gerar respostas competitivas aos desafios da globalização (...), e isto a cada oportunidade (...) de renovação urbana que porventura se apresente na forma de uma possível vantagem comparativa a ser criada”. Seria, portanto, uma resposta “a uma conjuntura histórica marcada pela desindustrialização e consequente desinvestimento de áreas urbanas significativas, a terceirização crescente das cidades, a precarização da força de trabalho remanescente e sobretudo a presença desestabilizadora de uma *underclass* fora do mercado” (Arantes, 2000:31).

Assim, diante da “sensação de crise [gerada] pela conscientização da globalização da economia” (Borja e Castells, 1996:156) seria preciso promover uma intervenção sobre as metrópoles de maneira a inseri-las “nos espaços econômicos globais”, com o objetivo de garantir “à sua população (...) um mínimo de bem-estar para que a convivência democrática possa se consolidar” (Borja e Castells, 1996: 155). Parte-se, portanto, do pressuposto que a recuperação da centralidade econômica das metrópoles, perdida por causa do processo de reestruturação produtiva, seria condição *sine qua non* para garantir a democratização da sociedade. Para tanto é que se torna necessário inserir

as metrópoles no sistema mundial de rede de cidades a fim de que possam disputar os investimentos estrangeiros disponíveis no mercado global (Borja, 1994). Essa intenção iria ao encontro da Conferência de Cidades Europeias, realizada em 1986 em Roterdã, e que “definiu as cidades como motores do desenvolvimento econômico” (Borja e Castells, 1996). Verdadeiras “máquinas de crescimento”, como dirá Otilia Arantes, transformando o planejador urbano em planejador-empresendedor. Trata-se, a partir daí, de “construir cidade” (Borja, 1994:16).

Para tornar as metrópoles competitivas, segundo Jordi Borja (1994:13) – sociólogo e urbanista responsável pela consultoria aos planejamentos estratégicos de Barcelona, Lisboa, Bogotá e Rio de Janeiro –, é preciso promover uma alteração em suas “bases territoriais” de maneira a que “sean eficientes” às “empresas-red” que, em decorrência do desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação estão livres para escolher a melhor localização. Um estudo realizado pelo Instituto Europeu de Economia Urbana, em que foram ouvidos 50% de empresários e 50% de “expertos, universitários, investigadores, periodistas etc.”, aponta quatro fatores de atração nos quais as cidades que se pretendem competitivas devem investir: infra-estrutura de comunicação – aeroportos, telecomunicações, infra-estrutura de internacionalização da economia, feiras, exposições, hotéis; terciário de excelência – centros de pesquisa, recursos humanos qualificados; qualidade de vida – oferta cultural, bom clima, ambiente urbano, vida na rua; e “buena imagen, que la ciudad esté de moda, que tenga prestigio al nivel internacional” (Borja, 1994:15).

Conforme têm demonstrado as realizações efetivas do planejamento estratégico, a preocupação com a “buena imagen” tem assumido uma centralidade em relação aos demais, o que se observa pela prioridade que os planejadores-empresendedores têm dado aos investimentos na área da cultura. Os exemplos mais conhecidos são o de Bilbao, em que a “requalificação” pretendida deveria irradiar-se a partir da instalação do Museu Guggenheim⁹, o de Barcelona – já citado – e o de Lisboa, onde, aproveitando-se a oportunidade de dois grandes eventos relativos à área cultural – as olimpíadas de 1992 e a Exposição Mundial, em 1998, respectivamente –, promoveram-se as reformas necessárias à “recuperação” daquelas cidades. A prioridade concedida à área cultural está, de um lado, relacionada à *imagem* positiva que a cultura possui entre os habitantes da metrópole onde a reforma pretende ser empreendida, mas também por garantir credibilidade aos

que olham “de fora”, alvo principal das mudanças que o planejamento estratégico propõe. Seria, portanto, um catalisador importante de consensos e investimentos. Um ponto estratégico, para ficar nos termos com o qual o próprio planejamento se define, a partir do qual toda a cidade em questão poderia vir a ser modificada (Arantes, 2000)⁹.

Outra linha mestra do planejamento estratégico define que os investimentos no espaço urbano devem ser realizados a partir da parceria entre o setor privado e o setor público (Borja e Castells, 1996:159). Além, obviamente, da crise fiscal que poderia haver nas metrópoles em decorrência do processo de desindustrialização, que demandaria, portanto, uma ação “concertada” dos dois setores, está uma visão pragmática de cidade associada à idéia de parceria (Vainer, 2000a:86). Ou seja, é preciso adotar políticas eficazes que garantam definitivamente a superação da crise das metrópoles. “As formas de gestão e de contratação devem assegurar a agilidade e a transparência e responder a critérios de eficiência econômica e eficácia social e não de controle político ou burocrático” (Borja e Castells, 1996:159).

Por fim, para que a recuperação econômica das metrópoles possa ser alcançada é necessário que haja “a vontade conjunta e o consenso público para que a cidade dê um salto adiante, tanto do ponto de vista físico, como econômico, social e cultural” (Borja e Castells, 1996:156).

Embora se pretenda um novo paradigma, uma análise crítica, que se atenha a essas linhas mestras do planejamento estratégico, revela sobretudo o seu caráter *híbrido*. Porque o paradigma pressupõe uma ruptura com o que lhe antecedeu, pretende-se uma nova abordagem, uma nova matriz teórica, ao passo que o híbrido é formado pela complementaridade dos aspectos que, originalmente, se opõem. O planejamento estratégico não nega nem o planejamento urbano moderno, nem a perspectiva contextualista, pelo menos não em sua totalidade. Ao contrário, recupera de cada um os seus melhores elementos com o intuito de produzir algo de novo.

Assim, ao mesmo tempo em que recupera a idéia de planejamento, incorporando inclusive o termo à sua denominação (Arantes, 2000:13), sua atuação está mais próxima da perspectiva contextualista por privilegiar ações pontuais, com ênfase para os investimentos na área da cultura. Mas se nisso se assemelham, distanciam-se quanto ao papel que a cultura desempenha em cada uma das diferentes perspectivas. Na perspectiva contextualista, a cultura é assumida como lugar a partir do qual é possível

fazer a crítica à compreensão da cidade como mercadoria (valor de troca). Por isso defende o “lugar”, o valor de uso, a identidade, como uma maneira de se contrapor ao caráter tecnocrático e ideológico do planejamento moderno. Já para a perspectiva estratégica, a cultura não se constitui em mediação para a crítica, mas, ao contrário, é o meio de intervenção para construir uma imagem favorável da cidade, uma “buena imagen”, que a torne competitiva para disputar o capital internacional. A imagem produzida pelo investimento na área cultural importa não para negar, mas para efetivar definitivamente a cidade como mercadoria (Arantes, 2000; Vainer, 2000a). Assim, o que se opunha – a cultura à mercadoria – passa a se constituir em uma nova unidade, uma unidade híbrida. Insiste-se no termo híbrido, e não contraditório, porque há muito a cultura não se opõe mais à lógica da mercadoria, tendo ela mesma assumido essa condição (Adorno, 1994). No caso específico das cidades globais, a intenção dos investimentos na área da cultura não é outra a não ser atrair dividendos.

O caráter híbrido do planejamento estratégico, no entanto, não se revela somente em relação à perspectiva contextualista, mas também quando se contrapõe ao planejamento urbano moderno. A crítica marxista dos anos 70 revelou serem contraditórias a lógica da mercadoria e a lógica da sociedade urbana, presentes na origem da cidade moderna. Ao planejamento urbano moderno foi, então, atribuído um caráter ideológico porque, sob um discurso que pretendia superar as desigualdades do espaço urbano e que, portanto, se alinhava a favor da sociedade urbana, encobria-se uma prática que terminava por legitimar a lógica de apropriação do espaço pelo capital. No caso do planejamento estratégico, a assimilação da cidade como mercadoria não é uma revelação que possa denunciar seu caráter ideológico, mas é, para seus idealizadores, a condição mesma de superação da crise das metrópoles. Não parece haver intenção de recobrir esse aspecto, até porque o contexto histórico o favorece, uma vez que a “crise” da matriz explicativa que denunciava a “má” consciência da mercadoria tem permitido que ela seja assimilada livremente. O aspecto híbrido do planejamento estratégico no seu diálogo com o planejamento urbano moderno revela-se, então, na relação de complementaridade estabelecida entre a lógica da mercadoria – a cidade que deve se tornar competitiva para atrair investimentos estrangeiros... – e a lógica da sociedade urbana – ... para que possa haver uma democratização maior do convívio social.

No entanto, a aproximação das duas lógicas não é ingênua. Ao contrário, parece haver plena consciência dos propositores do planejamento estratégico da dificuldade dessa aproximação. A evidência disso é que concebem como pressuposto necessário à efetivação da recuperação econômica das cidades o que denominam de “consenso público”. Diante da “sensação de crise”, que consideram presente entre todos os habitantes das metrópoles que atualmente enfrentam as alterações geradas pela reestruturação produtiva, somente uma ação conjunta poderá levar à possibilidade de sua superação. Assim, o consenso é pressuposto – ou imposto, como diria Chico de Oliveira (1999) –, é condição, uma “trégua” que coloca entre parênteses o conflito histórico entre diferentes grupos sociais, com interesses também diferentes, em torno do melhor sentido a ser atribuído ao espaço urbano (Vainer, 2000a:92-93). Isso também explica o porquê de assumirem abertamente a parceria entre os poderes público e privado, ignorando as críticas clássicas que denunciaram a mediação do Estado na acumulação e reprodução do capital. Tudo parece encontrar justificativa na “crise”. Diante de sua grandeza, toda a conjunção de esforços parece ser pequena. Além disso, trata-se de produzir soluções emergenciais, eficazes e eficientes, termos que compõem o imaginário da ação do poder privado e não do poder público, denunciado como “ineficiente” pelos adeptos do pensamento neoliberal a partir da “falência” do Estado de Bem-Estar Social.

Pela sua condição híbrida, o planejamento estratégico impede que se transponha de forma automática a crítica que durante os anos 70 foi feita ao planejamento urbano moderno. “O questionamento da transformação da cidade em mercadoria se dilui no momento em que ela ressurgue travestida de empresa [a questão da necessidade de eficiência na solução dos problemas urbanos]; e a crítica a esta analogia perde sentido quando é a cidade-pátria que emerge [a necessidade do consenso para superar uma crise também consensual], oferecendo a paz, a estabilidade e a garantia de líderes capazes de encarnar, graças a seu carisma, a totalidade dos cidadãos. Essa permanente flexibilidade e fluidez conceitual opera como poderoso instrumento ideológico, fornecendo múltiplas e combinadas, mesmo se contraditórias, imagens e representações, que podem ser usadas conforme a ocasião e a necessidade” (Vainer, 2000a:100).

Além disso, o planejamento estratégico se inclui em um contexto teórico diferente do vivido pelo planejamento urbano moderno, pois as críticas mais radicais que a esse se dirigiam fundavam-se em matrizes vinculadas ao

pensamento marxista que, hoje, de certa forma, vem sendo escamoteado não só pela força com que se impôs o pensamento neoliberal, mas também pelo próprio recuo da esquerda – digo teórico – na discussão de alternativas que pretendam a superação das contradições entre a lógica da mercadoria e a lógica da sociedade urbana. Qualquer discussão nesse sentido sugere um ar “passadista” bem difícil de assumir. Há ainda o forte pragmatismo que tem se imposto na maneira de olhar a cidade (Vainer, 2000a:86). A idéia de “fazer cidade” (Arantes, 2000:30), ou “construir cidade”, como diz Borja, é uma idéia consensual. No entanto, como mencionado no início deste artigo, parece difícil um fazer que negue a mediação teórica, seja ela qual for. Pois não seriam teóricas as propostas sugeridas pelo planejamento estratégico? Da mesma forma, um fazer que abdique da reflexão sobre os impactos que venha causar na realidade prática também se constitui em um fazer alienado, que sequer se justifica diante da necessidade de suplantar os problemas urbanos, pois sendo a ação acrítica, ela mesma pode contribuir para aprofundá-los. Dessa forma, não se vai propor a crítica dos termos que compõem o planejamento estratégico, o que já foi feito por quem possui maior competência técnica,¹⁰ mas de sua efetivação prática em um contexto como a metrópole de São Paulo. Se se trata de “construir cidade”, que a crítica revele os impactos desse fazer.

EFEITOS DA “CIDADE GLOBAL” SOBRE A METRÓPOLE DE SÃO PAULO

O planejamento urbano moderno tentou romper o círculo cidade-mercadoria/segregação urbana por meio de uma organização técnica e racional do espaço. Intenção fracassada, segundo seus críticos, uma vez que estava mais vinculada à lógica da mercadoria do que poderia supor. Agora, novamente, o planejamento estratégico pretende democratizar o convívio social, o que implica, sem dúvida, a intenção de superar a segregação urbana. O problema é que assume a condição da cidade-mercadoria e acredita que pela estratégia do “consenso público” seja possível romper com aquele círculo vicioso. Mas, segundo Arantes (2000:23), os efeitos do planejamento estratégico parecem revelar outra coisa. Nas cidades americanas, onde foi pioneiro, as reformas empreendidas, por exemplo, em Baltimore, nos anos 70, resultaram um “impacto nulo sobre a pobreza e demais déficits sociais”. O mesmo processo aconteceu em Nova York, no bairro SoHo, hoje mundialmente conhecido por ser reduto de artistas, arqui-

tetos, cineastas famosos, e que terminou na “migração forçada de seus antigos moradores” (Arantes, 2000:32). Em Londres, a ação se deu sobretudo na sua porção leste, mas isso não significou melhor condição de vida para a população mais pobre que historicamente habita a região. Ao contrário, a partir dos anos 80, a região passou a ser conhecida como reduto dos *yuppies*, “com os preços dos terrenos valorizados em até 2.000%”, preço que, obviamente, a população mais pobre não pode pagar (Arantes, 2000:35). Em Barcelona, cidade paradigma do planejamento estratégico, houve o início de um processo de periferação até então desconhecido pela cidade (2000: 57). Estes, entre outros, são exemplos que permitem concluir pela “gentrificação” dos espaços sobre os quais atua o planejamento estratégico. “Daí a má consciência que costuma acompanhar o emprego envergonhado da palavra, por isso mesmo escamoteada pelo recurso constante ao eufemismo: revitalização, reabilitação, revalorização, reciclagem, promoção, requalificação (...) mal encobrimdo, pelo contrário, o sentido original de invasão e reconquista, inerente ao retorno das camadas afluentes ao coração as cidades” (Arantes, 2000:31).

A dificuldade de transpor o planejamento estratégico para metrópoles como São Paulo é que, se em Barcelona o processo de periferação era até então desconhecido, aqui ele é o principal elemento estruturador da organização do espaço (Rolnik, 1997:28; Vêras, 1992:81). Segundo Caldeira, é possível estabelecer três padrões de configuração da segregação urbana na metrópole de São Paulo: a que opõe cidade legal à cidade ilegal,¹¹ que predominou até os anos 40; a que se demarca pela relação centro-periferia,¹² intensificada a partir a década de 50; e, por fim, a que se estabelece a partir dos anos 80 e que, embora não negue as anteriores, caracteriza-se pela proximidade espacial dos diferentes grupos sociais, mas que estão separados por “muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns”. São os chamados “enclaves fortificados” (Caldeira, 2000). Embora seja importante chamar a atenção para as descontinuidades presentes na configuração espacial da segregação urbana em São Paulo, cumpre evidenciar que uma mesma lógica perpassa esses três padrões: uma associação entre poder público e poder privado na constituição da cidade-mercadoria, ou, dito de outra forma, o desenvolvimento de obras de infra-estrutura urbana como forma de estímulo à especulação imobiliária e não à democratização da cidade (Kowarick, 1979:81; Maricato, 2000:157). Invariavelmente, na história da metrópole de São Paulo, os investimen-

tos públicos têm contribuído para a valorização imobiliária das regiões onde são aplicados, tornando o custo de vida mais caro e expulsando a população mais pobre, que, por não poder arcar com os altos custos, migra para regiões que lhe são mais acessíveis, porque quase sempre ilegais e desprovidas de qualquer serviço público básico que garanta um mínimo de condição de vida urbana (Kowarick, 1979:82).¹³ Situação que, normalmente, não ocorre por causa de um fatalismo qualquer, mas por “alianças” políticas entre setor público e privado, em que o primeiro, por meio da ação do governo municipal, privilegia o mercado imobiliário ao decidir as prioridades de seus investimentos (Maricato, 2000:159)¹⁴. A questão é saber se o “consenso público” entre os setores público e privado preconizado pelo planejamento estratégico não viria exatamente legitimar uma prática que tem se revelado a maior responsável pelas desigualdades sociais na metrópole de São Paulo ou se, de fato, haveria condições de superá-las em favor de um convívio social mais democrático.

Em livro publicado recentemente, Heitor Frúgoli (2000) analisa as práticas de intervenção urbana em São Paulo defendidas pelas Associações Viva o Centro, constituída em 1991, e Paulista Viva, em 1995, que, embora não sejam ações oficialmente concebidas no interior de um planejamento estratégico, dele se aproximam. A primeira, inclusive, por iniciativa própria, promoveu, em 1994, duas palestras sobre “cidade mundial” para as quais foi chamado Jordi Borja (Borja, 1994; Frúgoli, 2000:76). Assim, é possível dizer que são pontos de contato entre essas Associações e o planejamento estratégico: *a reforma urbana pensada como intervenção pontual em espaços urbanos considerados estratégicos ao desenvolvimento da cidade*, como são o centro histórico e a Avenida Paulista, centro financeiro elevado à condição de símbolo da cidade em 1990 (Frúgoli, 2000:135);¹⁵ *intervenção que, por sua vez, vem precedida de um diagnóstico que aponta para a degradação desses mesmos espaços urbanos*. No caso do centro histórico de São Paulo, além de o diagnóstico contar com a contribuição da percepção subjetiva da maior parte da população, quando a Associação Viva o Centro se constituiu vinha ao encontro do interesse dos proprietários de imóveis localizados na área e que se sentiam prejudicados pela “saída” de empresas e instituições financeiras que buscavam localização mais favorável (Frúgoli, 2000:69). Também a Associação Paulista Viva partiu de um diagnóstico que centrava sua preocupação na desvalorização patrimonial da avenida (Frúgoli, 2000:145); *intervensões que privilegiam investimentos na*

área cultural. No caso da Associação Viva o Centro temos presenciado as reformas da Pinacoteca do Estado, da Estação Júlio Prestes e, mais recentemente, o Parque da Luz. Na Paulista, o projeto aprovado para sua recuperação tem o Masp como ponto de irradiação e se legitima por um discurso que salienta a importância cultural da Avenida para a cidade, pois abriga em sua extensão museus – o próprio Masp e a Casa das Rosas –, cinemas, o Instituto Cultural Itaú, espaços de exposição para artes plásticas, como os da Fiesp e do Sesc, o Parque Trianon, etc. (Frúgoli, 2000:151); *a associação entre o poder privado e o poder público, com a iniciativa do setor privado*. As duas associações são predominantemente compostas por membros representantes do setor empresarial, com ênfase para as instituições financeiras. No caso da Viva o Centro, o Banco de Boston desempenha papel hegemônico (Frúgoli, 2000:71) e o Banco Itaú lidera as ações da Paulista Viva que tem Olavo Setúbal como seu presidente. A participação de setores populares, de associações de moradores, de sindicatos de trabalhadores é quase inexistente, quando não ausente (Frúgoli, 2000:150). Além disso, essas associações têm grande poder de influência na definição das políticas públicas e dos investimentos que o poder público deve empreender sobre a cidade. Exemplo disso é a criação do Pró-Centro, em 1993 (Frúgoli, 2000:81). Além de ser um organismo criado com a intenção de fornecer a contrapartida pública às ações definidas pela Viva o Centro, não contava, em sua criação, com nenhuma participação de sindicato de trabalhadores ou organização popular (Frúgoli, 2000:83). Também as decisões tomadas pelo poder público, em 1997, em relação à Avenida Paulista, não só foram apoiadas pela Associação Paulista Viva como vinham ao encontro das discussões que tinha acumulado, como é o caso, por exemplo, da diminuição de linhas de ônibus sugerida pelo projeto proposto de “requalificação”. A expulsão dos camelôs da Paulista – ação que também se repetiu no centro histórico – e a proibição de manifestações políticas no centro financeiro da cidade, lei de autoria do vereador e ex-prefeito Miguel Colassuono e sancionada pelo prefeito em 1996, também foram ações apoiadas pela Paulista Viva (Frúgoli, 2000).

Esse rápido esboço evidencia que, embora sob o signo do planejamento estratégico, as ações das duas associações reproduzem, sob uma nova indumentária, um esqueleto há muito conhecido na metrópole de São Paulo, parodiando frase clássica de Adorno (1994). Assim, observa-se a mesma relação “concertada” entre o poder público e o

poder privado com vistas a garantir uma revalorização imobiliária tanto da região central, como da Avenida Paulista. Aliás, essa é a intenção quase que explícita na criação das duas associações. Embora a “revalorização” seja o propósito mesmo do planejamento estratégico, aqui reafirma e legitima uma prática histórica que tem sido perversa e excludente, como aliás demonstra a quase inexistência de participação dos setores populares na decisão sobre o “construir cidade” e a expulsão dos camelôs, tanto da Paulista como do centro histórico, sem que tenham sido sequer ouvidos sobre outras possíveis alternativas. Coincidentemente, ou não, no mesmo período em que as associações foram criadas, mais especificamente entre 1991 e 1996, houve um adensamento populacional das regiões periféricas – com destaque para o bairro de Anhangüera, cujo número de moradores aumentou em 129,96% – onde as condições de exclusão social são maiores, e uma redução no número de moradores dos bairros em que o índice de exclusão é praticamente inexistente, como é o caso do bairro Jardim Paulista (Sposati, 2000).¹⁶ É claro que estudos qualitativos precisariam melhorar essas trajetórias. No entanto, esses dados rapidamente indicados evidenciam que o binômio investimento público-valorização imobiliária continua sendo um mecanismo eficiente de exclusão. O que há de novo no planejamento estratégico em São Paulo não é, portanto, a “parceria consensual” entre setor público e privado, mas é a capacidade de revelar como consenso aquilo que, de fato, é a apropriação privada do espaço público para interesses exclusivos da lógica de reprodução e ampliação do capital. Ao legitimar uma prática histórica da metrópole de São Paulo, reproduzindo as condições que sempre estiveram presentes na constituição da segregação urbana, o planejamento estratégico confirma seu caráter ideológico.

A segregação urbana, portanto, pelo menos por enquanto, não parece ter sido superada pelo planejamento estratégico. Ao contrário, as suas ações têm conduzido a um processo de valorização do espaço “requalificado” reproduzindo-o para a apropriação do capital e a conseqüente expulsão de quem não pode pagar por essa “mercadoria de luxo” (Vainer, 2000a:82). O maior problema, no entanto, é que a população expulsa dos espaços “requalificados” parece se contentar em apreender subjetivamente esta cidade-fetice, posta na vitrine graças ao brilho que a cultura lhe empresta (Sawaia, 1995).

A questão que fica: revelado o caráter ideológico do planejamento estratégico, é possível atribuí-lo ao conceito de cidade global?

METRÓPOLE OU CIDADE GLOBAL: CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *leitura total* do conceito de *cidade global* revela suas diversas formas e, embora a propriedade da análise seja especificar cada uma delas, a sua compreensão só se realiza quando todas são percebidas como expressão de um único processo: a transformação das metrópoles em cidades globais. E o que se pretendeu demonstrar é que, na intenção de compreender esse processo, o conceito percorreu um caminho em que cada passo significou a negação da contradição a ele inerente – a intensificação das desigualdades sociais pela polarização social e pela segregação urbana – até culminar em sua negação absoluta, quando o conceito assume a condição de padrão normativo pelo planejamento estratégico, pois que, segundo seus idealizadores, elas podem ser superadas a partir da prévia instituição de um “consenso público”.

Por isso, retomar a discussão sobre a segregação urbana foi importante, pois não só a contradição pôde ser reintroduzida, como se revelou que, apesar da substituição do termo metrópole pelo de cidade global, a lógica de apropriação do espaço urbano continua sendo a presidida pelos interesses do capital. O confronto do conceito com sua prática demonstrou os equívocos da explicação teórica que a forma paradigma pretende estabelecer, quando submete a compreensão da segregação urbana à relação exclusiva com o processo de globalização da economia, ou seja, somente por influência de processos que se dão para além de seu território, obscurecendo, com isso, a dinâmica e os conflitos intra-urbanos, quando não os ignora, como no caso do planejamento estratégico. Não se quer negar que seja possível uma outra forma de apropriação do espaço urbano em função das alterações no mercado de trabalho, mas reduzi-la a essa determinação contribui para obscurecer que a condição de cidade global não altera, necessariamente, a lógica de apropriação do espaço urbano. Aliás, se as análises para a metrópole de São Paulo são válidas, a mediação da compreensão da metrópole pelo conceito de cidade global somente tem contribuído para encobrir com um novo olhar práticas há muito conhecidas, contribuindo mais para a legitimação do que para o seu enfrentamento e superação. Assim, em sua forma paradigma, não se tem receio de afirmar que o conceito de cidade global reproduz o papel ideológico que o planejamento estratégico, seu correlato ativo, desempenha.

Diante da revelação do caráter ideológico da forma paradigma, fica praticamente sem sentido o uso da forma

típico-ideal, mesmo porque, como já se demonstrou anteriormente, tem servido quase que exclusivamente como um instrumento para medir o quanto determinada metrópole se aproxima do estatuto de cidade global, como se essa fosse a condição necessária para a superação dos problemas urbanos. Como a crítica à forma paradigma demonstra que o conceito mais encobre do que revela as reais possibilidades de superá-los, perde sentido almejar, nestes termos, a condição de cidade global. Ao contrário, estudos que buscam legitimar o *ranking* entre as metrópoles nada mais fazem que demonstrar o quanto elas abdicaram de suas especificidades históricas e transformaram-se em “não-lugares” disponíveis à apropriação livre do capital internacional.

Quanto à forma diagnóstico, sem dúvida ela é específica ao contexto em que se originou e, neste caso, mais vale produzirmos os nossos próprios diagnósticos, como aliás vimos fazendo, do que teirmos em olhar através de lentes que mais desfocam do que clareiam. Com isso não se está sugerindo um enfoque que privilegie a ordem local por oposição à ordem global, a *metrópole* e sua especificidade histórica e contraditória por oposição à cidade global e sua condição de não-lugar. Sabe-se perfeitamente do retrocesso conservador a que a defesa dos localismos pode conduzir (Todorov, 1999). Mas somente fazer pensar que nenhum projeto de cidade que preconize a realização de uma convivência mais democrática será de fato alcançado sem a mediação da Metrópole, mesmo que, para isso, esta própria condição tenha, então, de ser superada.

NOTAS

E-mail da autora: monicacarvalho@uol.com.br

1. Conferir o trabalho de Evelyn Levy (1997).
2. Ver Marques e Torres (1997) e Cordeiro (1993) que, embora sirvam de exemplo para este segundo tipo de estudos, diferem completamente na maneira de encaminhar a discussão.
3. Uma discussão sobre o uso do conceito de *cidade global* seria mais detalhada se dissesse respeito à análise da quase totalidade dos estudos realizados sobre o tema. Como as reflexões deste artigo ainda se encontram em estágio preliminar, devem ser consideradas apenas hipóteses, ficando para um momento posterior o devido aprofundamento.
4. Alguns autores consideram que as mesmas metrópoles que viveram a crise do processo de desindustrialização reassumem novas funções como sedes das transações internacionais. Outros consideram que outras cidades passam a ter importância por possuírem uma localização mais estratégica para os interesses da economia mundial. Para o primeiro caso, ver afirmação de King citada por Levy (1997:37) e, para o segundo, o capítulo 5 de Sassen (1998).
5. “A análise comparativa não opera, então, na busca do que seja comum a várias ou a todas as configurações históricas, mas, pelo contrário, permitirá trazer à tona o que é peculiar a cada uma delas. Nas análises a que Weber se dedicaria posteriormente, essa visão comparativa ir-se-ia apurando cada vez mais, orientada pela

busca daquilo que é específico ao mundo ocidental moderno (...) em termos da busca, em outras configurações históricas, de traços que não fossem congruentes com essa racionalização especificamente européia de vida” (Cohn, 1991:15).

6. Para crítica semelhante, ver Marques e Torres (1997), quando analisam os problemas sobre o que chamam método de *análise de atributos*.

7. Para uma discussão sobre a globalização como mito e ideologia ver Hirst e Thompson (1998); Bourdieu (1998); Batista Jr. (1998); Muzio (1999).

8. Vale lembrar a disputa entre as cidades da América Latina para sediar uma “versão” do Museu Guggenheim.

9. Para uma discussão mais detalhada e riquíssima sobre o papel de centralidade da cultura para o planejamento estratégico ver Arantes (2000).

10. Ver as análises de Arantes, Vainer e Maricato (2000).

11. Para uma discussão detalhada sobre a segregação urbana em São Paulo até os anos 40 ver Rolnik (1997).

12. Para uma reflexão clássica a respeito de tema, ver Kowarick (1979).

13. “A dinâmica de produção dos espaços urbanos, ao gerar uma melhoria, cria simultânea e constantemente milhares de desalojados e desapropriados que cedem seus locais de moradia para grupos de renda que podem pagar o preço de um progresso que se opera através de uma enorme especulação imobiliária. Tal trama urbana só pode levar à fixação das camadas pobres em zonas desprovidas de serviços públicos, até o dia em que, com o crescimento da Metrópole, também destes locais terão de ser expulsos se, porventura, sua iniciativa política continuar bloqueada” (Kowarick, 1979:82).

14. “A gestão de Paulo Salim Maluf na prefeitura de São Paulo (1993/96) foi exemplar nesse sentido (...). Ao invés de priorizar o caráter público e social dos investimentos municipais em uma cidade com gigantescas carências, o governo municipal o fez de acordo com interesses privados, em especial de empreiteiras de construção pesada e agentes do mercado imobiliário” (Maricato, 2000:159).

15. A intervenção nos centros históricos das cidades é, inclusive, uma das propostas levantadas por Jordi Borja na palestra do dia 12 de dezembro de 1994 para a Associação Viva o Centro (Borja, 1994:15).

16. “Entre 1991 e 1996, os 37 distritos que viram a situação social melhorar perderam cerca de 260 mil moradores (queda de 8,4%). Nessas localidades, a população caiu de 3,09 milhões em 1991 para 2,83 milhões em 1996. Nos mesmos cinco anos, a população dos 53 distritos onde pioraram as condições de vida se elevou em 10% (470 milhões), enquanto a taxa de crescimento médio da cidade foi de 2%” (Toledo e Alencar, 2000).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. “A indústria cultural”. In: COHN, G. *Theodor W. Adorno*. São Paulo, Ática, 1994, p.92-99.
- ARANTES, O. “Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas”. In: ARANTES, O.; VAINER, C.B. e MARICATO, E. (orgs.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, Vozes, 2000, p.11-74.
- BATISTA JR., P.N. “Mitoses da globalização”. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, Edusp, jan./abr. 1998, p.125-186.
- BORJA, J. “A ciudad mundial”. In: MEYER, R. (org.). *Memória, encontro, século XXI*. São Paulo, Editora Viva o Centro, 1994, p.11-16.
- BORJA, J. e CASTELLS, M. “As cidades como atores políticos”. *Revista Novos Estudos*. São Paulo, Cebrap, n.45, jul. 1996, p.152-166.
- BOURDIEU, P. “A economia das trocas lingüísticas”. In: ORTIZ, R. (org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo, Ática, 1994, p.156-183.
- _____. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro, Zahar, 1998.
- CALDEIRA, T.P.R. *Cidade dos muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Edusp Editora 34, 2000.
- COHN, G. (org.) “Introdução”. In: *Weber*. São Paulo, Ática, 1991.
- CORDEIRO, H.K. “A ‘cidade mundial’ de São Paulo: o complexo corporativo do seu centro metropolitano”. In: *Anais... ANPUR*, 1993, p.318-331.
- FRÚGOLI, H.J. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo, Cortez Edusp, 2000.
- HIRST, P. e THOMPSON, G. *Globalização em questão*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- LÉFÈBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo, Editora Moraes, 1991.
- _____. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro, DP&A, 1999a.
- _____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999b.
- LEVY, E. *Democracia nas cidades globais: um estudo sobre Londres e São Paulo*. São Paulo, Studio Nobel, 1997.
- MARICATO, E. “As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil”. In: ARANTES, O.; VAINER, C.B. e MARICATO, E. (orgs.). Op. cit., 2000, p.121-192.
- MARQUES, E. e TORRES, H. e “São Paulo no sistema mundial de cidades”. In: *Encontro Alas*, São Paulo, 1997, mimeo.
- MARTINS, J.S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo, Paulus, 1997.
- MUZIO, G. “A globalização como estágio de perfeição do paradigma moderno: uma estratégia possível para sobreviver à coerência do processo”. In: OLIVEIRA, C. e PAOLI, M.C. (orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis, Vozes, 1999, p.133-161.
- OLIVEIRA, C. “Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal”. In: OLIVEIRA, C. e PAOLI, M.C. (orgs.). Op. cit., Petrópolis, Vozes, 1999, p.55-81.
- PRÉTECEILLE, E. “Segregations Urbaines”. *Revue Sociétés Contemporaines*. n.22, jun/set. 1995, mimeo.
- _____. “Cidades globais e segmentação social”. In: RIBEIRO, L.C.Q. e SANTOS JÚNIOR, O.A. (orgs.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997, p.65-89.
- ROLNIK, R. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo, Studio Nobel, 1997.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, Hucitec, 1997.
- SASSEN, S. *As cidades na economia mundial*. São Paulo, Studio Nobel, 1998.
- SAWAIA, B.B. “O calor do lugar: segregação urbana e identidade”. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação Seade, v.9, n.2, abr./jun. 1995, p.20-24.
- SPOSATI, A. *Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo/2000. Dinâmica social dos anos 90*. São Paulo, Polis, Inpe, PUC – SP, 2000.
- TODOROV, T. *O homem desenraizado*. Rio de Janeiro, Record, 1999.
- TOLEDO, J.R. e ALENCAR, K. “Regiões mais ricas perdem habitantes”. *Folha de S.Paulo*. Caderno Cotidiano 24/12/2000, p.3.
- VAINER, C.B. “Pátria, empresa, mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano”. In: ARANTES, O.; VAINER, C.B. e MARICATO, E. (orgs.). Op. cit., 2000a, p.75-103.
- _____. “Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao Plano Estratégico do Rio de Janeiro”. In: ARANTES, O.; VAINER, C.B. e MARICATO, E. (orgs.). Op. cit., 2000b, p.105-119.
- VÉRAS, M.P.B. “Cortiços em São Paulo: velhas e novas formas de pobreza urbana e da segregação social”. In: BÓGUS, L.M.M. e WANDERLEY, L.E.W. (orgs.). *A luta pela cidade de São Paulo*. São Paulo, Cortez, 1992, p.81-126.
- _____. “Novos olhares sobre São Paulo: notas introdutórias sobre territórios, espaços e sujeitos da cidade mundial”. *Margem*. São Paulo, Educ, n.6, dez.1997, p.129-153.
- VILLAÇA, F. “A crise do planejamento urbano”. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação Seade, v.9, n.2, abr./jun. 1995, p.45-51.
- WEBER, M. “A ‘objetividade’ do conhecimento nas ciências sociais”. In: COHN, G. *Weber*. São Paulo, Ática, 1991, p.79-127.